

A ética fenomenológica de Eduardo Abranches Soveral

Prof. Dr. Selvino Antônio Malfatti
(UFSM- Santa Maria- RS- Brasil)
selvinomalfatti@hotmail.com

Resumo: Pretendemos abordar neste artigo alguns aspectos da reflexão de Eduardo Abranches de Soveral, filósofo português, a respeito da ética. Este pensador contemporâneo, em que pese ter-se autossituado na filosofia da época moderna, em oposição ao período anterior da escolástica, na questão ética acaba desembocando na mesma conclusão chegada pelos anteriores, isto é, a ética tem seu ponto de apoio no Absoluto e não no social. Com efeito, a análise da produção bibliográfica revela abundantemente esta constatação. Levamos em conta dois aspectos fundamentais: o método utilizado por Soveral e o conteúdo de sua meditação. O primeiro vai buscá-lo na fenomenologia de Edmund Husserl, mas dele somente aproveita o método fenomenológico. Quanto ao conteúdo Soveral transita em vários autores desde Edmund Kant até Max Weber, mas tendo sempre como fio condutor o pensamento cristão como de Baise Pascal e Paul Ricoeur.

Palavras-chave: Soveral; Ética; Valores.

1. Considerações iniciais

Abordamos, neste artigo, alguns aspectos da reflexão de Eduardo Abranches de Soveral, filósofo português, a respeito da ética. Este pensador contemporâneo, autossitua-se na filosofia da época moderna, em oposição ao período anterior da escolástica, mas na questão ética, acaba desembocando na mesma conclusão dos anteriores, isto é, a ética tem seu ponto de apoio no Absoluto e não no social. Com efeito, a análise da produção bibliográfica revela abundantemente essa constatação.

Levamos em conta para isso dois aspectos fundamentais: o método utilizado por Soveral e o conteúdo de sua meditação. O primeiro, o autor vai buscá-lo na fenomenologia de Edmund Husserl, mas desse usa somente o método fenomenológico. Quanto ao conteúdo da ética, Soveral transita em vários autores desde Edmund Kant até Max Weber, contudo tendo sempre como fio condutor o pensamento cristão de autores como Baise Pascal e Paul Ricoeur.

Para esse aspecto, dividimos o presente trabalho em dez itens. Primeiramente, fizemos uma rápida contextualização da ética em Portugal e no Brasil. Em seguida, apresentamos o método fenomenológico em Soveral. Por ser cristão convicto, Soveral acena para a virtude da Esperança como alguém que crê na possibilidade de melhora ético-moral da humanidade. A partir dos itens subsequentes, aborda-se a ética do autor.

2. Contextualização da Ética em Portugal e Brasil.

Tanto em Portugal como no Brasil, até o século XVIII não havia debate moral fora da

religião, mais precisamente da católica. Por isso, na questão moral, chega-se ao século XVIII sem superar a escolástica. No entanto, isso não significa que nesta data tenha havido uma mudança do rumo do debate moral. Assim, em pleno período pombalino ainda continuou a moral depender da religião, conforme relata o pensador português da época, Antônio Soares Barbosa (PEREIRA, 2011, p. 137-156). Portugal, ao aderir à contrarreforma, manteve-se medieval na questão moral. A ética e a moral para serem caracterizadas como modernas deveriam: assimilar uma moral social ou consensual tanto quanto a que floresceu na Inglaterra; incorporar a meditação kantiana do dever como uma orientação subjetiva da razão; centrar o debate sobre a pessoa humana fazendo emergir uma axiologia; abrigar a ética weberiana da responsabilidade, marcando uma existência concreta e não abstrata. Porém, isso não aconteceu até o referido período, pois a Igreja, para responder às teses reformistas, contrapõe-lhes a contrarreforma. A consequência é que a produção intelectual do período pode ser enquadrada em teologia moral ou moral católica. Logo, nesse ambiente não vingou uma moral consensual da mesma forma que na Inglaterra e em outras partes da Europa (PAIM, 2001, p. 15-16).

No século XVIII, ocorrem, em Portugal, as reformas pombalinas que dão ênfase à incorporação da ciência ao governo, enfatizando o mérito pessoal e o trabalho em prol do estado. A partir de então, constatarem-se, no pensamento ético luso-brasileiro, ciclos ou momentos. O primeiro momento foi tipificado por Joaquim de Carvalho como o “empirismo mitigado”. No segundo momento, a figura central é Silvestre Pinheiro Ferreira que aglutina os pensadores em torno da “escola eclética”. Esta perdura, aproximadamente, até a década de setenta do século XIX, quando surge o ciclo denominado de “surto de ideias novas”, de cunho positivista. Sucede-lhe a “Escola de Recife” e, em seguida, a reação espiritualista. (CARVALHO, 2011, p.441-443).

3. O Método Fenomenológico em Eduardo Abranches de Soveral

Conforme Eduardo Abranches de Soveral, a fundamentação filosófica atual está sustentada por quatro grandes pensadores, os quais deram origem às teorias do conhecimento: cartesiana, espinosiana, kantiana e husserliana.

Soveral optou pelo método fenomenológico. Logo após iniciar a vida acadêmica na Universidade do Porto, em 1966, com a tese: “O Método Fenomenológico. estudo para determinação do seu valor filosófico”. Esta tese de doutoramento será a base para o desenvolvimento das pesquisas e produções filosóficas do autor: educação, política, cultura e ética. Outra característica é ele ter separado a filosofia do método fenomenológico (FRAGA, s.d.p. 1272-

1275.)

Assim, no método fenomenológico nem sempre os fenômenos são sensíveis. Não estão necessariamente ligados à sensação, mas à consciência que conhecem. Por isso, o método fenomenológico estuda os fenômenos presentes à consciência e como se apresentam. Seu estudo resulta no conhecimento das essências, pois assim é que as coisas se apresentam à consciência. Nesse sentido, o método é o oposto do positivismo, pragmatismo e psicologismo, pois se limita à descrição dos fenômenos, sem interpretá-los ou julgá-los (MORUJÃO, s.d. p. 563).

O objeto do filosofar é o fenômeno, isto é, o que se manifesta, aparece, o visível, ou, o que se manifesta em si mesmo. Portanto, os fenômenos são o conjunto do que se manifesta quer sejam os entes, quer seja o ente em sua totalidade.

O fenômeno também pode mostrar o que não é o ente, por isso é sua própria negação. Também pode mostrar uma mera aparência do ser e, dessa maneira, mostra mesmo o que não é. Nesses dois primeiros casos temos os conceitos vulgares do fenômeno.

O conceito fenomenológico do fenômeno é aquele que se mostra em si mesmo, na sua essência na consciência. Esta é intencional, pois se movimenta de forma transcendente em direção ao objeto ao qual se apresenta concretamente à consciência. Tudo o que intencionalmente estiver presente na consciência é, genericamente, denominado de fenômeno.

4. Uma Ética da Esperança.

Diz Soveral que, se partirmos da constatação de que existimos, de imediato veremos a precariedade de nossa existência. Não conseguiremos recuar até o instante de nossa consciência, de nossa interioridade que, iluminada, toma consciência de si. Estamos suspensos, sem ser e com desejo de mendigos de tê-lo. (SOVERAL, 1983, p. 2).

Quando ocorreu o acender de nossa consciência? Tudo se esvanece no passado longínquo o qual não conseguimos identificar. Caminhamos sobre o Nada, como o Mestre caminhava sobre as águas.

O que nos consola como reduto último é a Esperança. Entre o Ser e o Nada, perigosamente suspenso sobre a Morte, o homem consegue viver porque se recusa cortar o fio da Esperança. Se este for rompido, cairemos no Nada. Os acenos das Angústias, do Cuidado, da Náusea, na verdade, são apenas acenos do desespero, pois são formas de cortejar o Nada, de quem pendula entre a Vida e a Morte (*Idem*, p.2).

A Luz pode ser a metáfora da vida, enquanto a Noite é a da Morte. O primeiro um *ser-em-si*

e o segundo o *não ser*. Esta dualidade reflete-se na gnosiologia, na relação entre sujeito e objeto. No ato do conhecimento, o sujeito não só contempla o objeto, mas também o objetiva. A relação imediata que surge é uma bipolaridade de eu- isto. Neste primeiro contato sujeito-objeto, é estabelecida uma relação fria. O primeiro ignorando a concretude do segundo e este reduzindo ao mínimo sua concretude. Dessa relação surge uma metafísica materialista ou mesmo estruturalista. A relação sujeito-objeto nos leva a renunciar ao conhecimento da Vida, do Homem e do Espírito, pois há um sujeito diante de uma coisa e vice-versa. Será possível outra relação? É possível, diz Soveral, desde que a relação que se estabeleça seja de natureza Eu-Tu , Nós-Ele, Eu-Vós. Esta relação muda a natureza, pois em vez de objetos, coisas, há relações de sujeitos intersubjetivos. Com essa relação é possível captar a vida, o espírito e o Homem concreto. (*Idem*, p.3-7). O existente humano é o *ser-em-si* em trânsito, na busca do *Ser-em-Si-para-Si*.

5. A Intersubjetividade e o Absoluto

Cada homem é uma pessoa, pois é capaz de reconhecer-se. O fundamento da pessoa reside na liberdade própria e do outro. O outro é um ser livre igual a mim. Sendo assim, o conhecimento que tenho dele é sempre provisório, pois o outro é continuamente um processo em aberto. O outro não é como outro ente que posso conhecer na sua essência, porque esta se revela no fenômeno e está definitivamente definido, isto é, ele não é objetivável, pois o outro está continuamente em mudança. Além disso, por ser livre, não posso adivinhar qual a intenção que o guiará. Na relação intersubjetiva, entre pessoas, o conhecimento não se faz por causa e efeito, mas pela espontaneidade, pois tem a iniciativa da ação e não a de ser causado.

Com efeito, a ideia de liberdade alheia faz com que o outro se nos apresente como incognoscível, dificultando o entendimento dele como um fenômeno puro e assim se possa conhecê-lo na sua essência. Por isso, o acesso gnosiológico é sempre provisório devido à imprevisibilidade da intenção que o moverá (BRAZ TEIXEIRA, 2009, § 9).

No entanto, lançando mão da reflexão, posso ter conhecimento de minha consciência e, como o outro também tem consciência, posso ter um conhecimento analógico. (SOVERAL, 1997, p. 81). Por outro lado, o conhecimento do outro o leva a externar-se, por exemplo, na cultura. Este fenômeno pode ser objeto de minha consciência e, dessa forma, tenho um conhecimento essencial. Por isso, indiretamente, através da cultura posso conhecer o outro. Por sua vez, as manifestações existenciais do outro e que também são minhas podem me levar ao conhecimento do outro como é o caso, da morte, sofrimento, injustiças e outros. Disso decorre que, os outros, por serem livres,

podem ser nossos conviventes fraternais como nossos inimigos figadais (BRAZ TEIXEIRA, p. 49-50).

Pensa Soveral que há uma relação de complementaridade entre a gnosiologia, ontologia e ética. Para ele o Absoluto é evidente por si, cabendo o ônus da prova da sua não existência a quem o negar. Assim se expressa Antônio Braz Teixeira:

Daí que ao pensador se apresentassem como desnecessárias e contraproducentes as tradicionalmente chamadas “provas da existência de Deus”, dado que não só a existência do Absoluto é indubitável, por evidente, como é ao ateu que incumbe dar razão do seu ateísmo e não aos crentes justificar a sua fé (BRAZ TEIXEIRA, 2013, item 12).

Este absoluto em um ato de infinita bondade fecundou o nada, dando origem a criaturas imperfeitas, mas conscientes e livres. Na medida em que essas criaturas se voltarem para o seu criador, imitando-o, estarão praticando o bem ou negando-o e, neste caso, estariam praticando o mal. O homem, ao se constituir, constitui-se como radicalmente ético, pois sua primeira ação é aceitar ou negar seu Criador. O fascínio e a decisão para o não ser, para o Nada, para a Morte é a vontade de que quer livrar-se do mal. Nisso consiste o exercício da vontade livre: querer modificar a realidade imperfeita. Portanto, é essencialmente intencional. Esta *in-tenção*, vontade, tende a buscar valores. Estes podem ser positivos ou negativos, mas só os primeiros humanizam o homem. Isso porque os valores são hierárquicos, uns são mais valiosos ou menos. A hierarquia compreende uma escala até o valor supremo, absoluto. A opção pelo valor absoluto caracteriza o assumir a própria liberdade.

A noção de Absoluto em Soveral implica a existência de uma realidade infinita, anterior e transcendente a todas as determinações. Ele é Hiperpessoa, Hiperconsciência, *Ser-em-Si-para-Si*. A sua existência é evidente, não lhe cabendo lugar, será problematizada e será seu Ser, a não ser que os existentes fossem gerados pelo Nada.

Em contrapartida, a não opção pela liberdade do absoluto conduz o homem para as imperfeições. São elas: aceitar o mal, fugir do mal, optando pela necrofilia, suicídio, querer combater o mal pelo mal, o fanatismo, os fracos que têm amor imperfeito (SOVERAL, 1983, p.5-6).

6. O fenômeno ético em Soveral.

Soveral se propõe duas grandes questões quanto à ética: se a ética é racional; e a relação entre ética e metafísica. A ética envolve questões como liberdade, dever-ser, felicidade que são bastante refratárias ao tratamento racional. Tendo em vista que o que confere um caráter ético ao agir são os valores e estes se inscrevem na esfera da afetividade, é evidente que a ética, sujeita a uma hierarquia axiológica, está afeta à liberdade, e como decorrência é racional e de caráter metafísico.

A chave da ética em Soveral está ligada à noção de Ser-em-Si-para-Si, o Absoluto, que é autocriador, e que ama a si mesmo e em si mesmo se compraz. Os homens, por sua vez, são atos segundos, criaturas. Ao tomar consciência, podemos aceitar o Absoluto ou negá-lo. E é precisamente na condição de poder negar que assumimos nossa liberdade. Caso a neguemos, assumiremos nosso próprio nada, embora isso nos traga a falácia de sermos donos do nosso próprio destino.

Por sua vez, a experiência do mal é uma alternativa menos valiosa do que o nada, a morte, pois esta nos libertaria do mal. E é por isso que a morte desperta tanto fascínio no ser humano.

No entanto, embora a independência de aceitar ou negar seja a condição necessária para a liberdade, a vontade negadora ainda não pode ser considerada uma vontade livre. A negação pode garantir a independência, mas a negação não pode gratuitamente ser usada. A vontade humana necessita não só da possibilidade de ser livre, da independência, mas também da autonomia para determinar os próprios fins em função do Bem e do Mal. É neste momento que emerge o ato ético, calcado nos os valores. Em Soveral, os valores têm as seguintes características:

- 1 - A vontade decide-se em função de valores.
- 2 - Os valores são bipolares – positivos e negativos - e o homem deseja somente a dimensão positiva.
- 3 - Os valores possuem hierarquia, pois uns são mais valiosos que outros. O homem somente é autônomo se não preferir um valor inferior ao superior.
- 4 - Em cada situação concreta há uma pluralidade de alternativas, obrigando o homem a optar.
- 5 - A opção deve obedecer à escala hierárquica da axiologia.
- 6 - Esta hierarquia deve começar pelo valor supremo.
- 7 - O valor supremo depende da apreensão pessoal do Valor Absoluto, concretizado por uma opção ética fundamental.
- 8 - É nessa ética fundamental da escolha do Bem Supremo que o homem assume radicalmente a própria liberdade.

9 - É a partir daí que o homem está apto para o segundo estágio da eticidade.

A ética possui como valor máximo, a Justiça. Soveral diz que a definição dada por Aristóteles é perfeita. Haveria dois vetores de justiça. Um horizontal que estabelece as relações dos indivíduos entre si na troca de bens e serviços e outra vertical que estabelece a distribuição dos méritos, evidentemente levados adiante por um superior ou uma autoridade.

A primeira revela algo extraordinário. A justiça deve ser exercida num ambiente de liberdade, pois só assim todos podem ser considerados iguais. Supõe, portanto, relações de pessoas livres que contratam livremente entre si. Senão, vejamos o inverso: como pode haver justiça, isto é, a permuta entre bens e serviços se uma das partes está privada da liberdade? A que está privada da liberdade será necessariamente explorada, pois a outra fará as regras que lhe interessarem.

Como Soveral pensa que os valores são bipolares, entende que a liberdade pode ser negativa e aí teremos prepotência ou rebeldia, ou senão a ética, se for positiva. O homem, como um pêndulo, oscila entre as duas liberdades: a rebeldia ou revolta e o pecado ou aceitação da limitação e, neste caso, a autonomia. Isso porque a verdadeira liberdade é para o bem. Além disso, os valores pertencem à esfera da afetividade, os quais movem o homem, através do desejo, na busca da ontico, isto é, o que me dá prazer, pois, pela própria etimologia, o valor significa que vale ou que *tem* e, assim sendo, participa do Ser que brilha sobre o Nada. O Desejo, porém, é que nos defronta com a bipolaridade, o bem e o mal. Por isso, conforme Soveral, deve-se estar atento às máscaras do desejo, mas não anular o que há de específico nele, a sua natureza axiológica e afetiva como fizeram Descartes e Freud. O primeiro quis entronizar a liberdade através da razão e o segundo também a liberdade submetendo a sexualidade.

7. A matriz cristã da axiologia em Soveral

Como vimos, a ética em Soveral está alicerçada no Absoluto. É Dele que ela emerge e é para Ele que ela tende. Este Absoluto é identificado com Deus. Mas não é nenhum deus abstrato, filosófico, “ex- intellecto”, mas um Deus identificável e identificado: o Deus cristão. O autor, em inúmeras ocasiões, deixou claro seu pensamento sobre a questão. Mas, de uma forma testemunhal e justificada, podemos encontrá-lo na palestra por ele proferida por ocasião do Encontro de Universitários Católicos realizado no Porto em 1964 (SOVERAL, 205, P. 295).

Alerta Soveral que os valores cristãos atualmente estão disseminados em escala universal. Já fazem parte da cultura de todos os povos. O principal deles: a valorização do Homem (e da Mulher)

na sua dignidade, liberdade, igualdade, fraternidade e a justiça social com suas exigências. Além disso, e com pesar, lamenta o autor que os valores cristãos se descristianizaram tomando quase que vida autônoma. Existe na atualidade uma cultura de origem cristã, no entanto não se autoidentifica como cristã. Ela impregna toda nossa sociedade pelo seu volume, opacidade, desumanização e fragilidade. Pensa ele que há, atualmente, um valor peculiar da cultura cristã presente na sociedade. Trata-se do intelectual que se apresenta como o mediador entre o homem de rua e a cultura, como criador desta mesma cultura e que assume uma posição declaradamente ideológica, com convicção e fundamentação. E como é este intelectual católico? Quais suas características? Como o descrever fenomenologicamente?

A primeira característica é de que seja ou é um *santo*, isto é, uma pessoa que vive com Deus, sem pecado, em estado de graça. Em segundo, que domine o conteúdo dos Livros Sagrados, a Dogmática e a Doutrina da Igreja e, finalmente, tenha uma visão prospectiva da cultura cristã genuína e primacial em oposição a outras culturas como a marxista, por exemplo (SOVERAL, 1964, p. 299-300). E quais as perspectivas cristãs mais salientes do intelectual cristão? Soveral enumera quatro delas:

1º O progresso. A ideia de progresso é de origem cristã, quando este é entendido como perfeição pessoal, sentido para História, crescimento indefinido de todas as atividades do homem, do universo em geral e dos seres vivos. Em síntese, Deus e Homem são os sujeitos da História.

2º A pessoa humana. Cada homem é uma pessoa e não um indivíduo. Possui uma dignidade conferida pelo próprio criador e uma natureza assumida pela própria divindade.

3º A fraternidade dos homens. Os homens são irmãos por serem filhos do mesmo pai, que é Deus. Esta fraternidade é a origem de sua liberdade e igualdade relativamente de uns para com os outros.

4º Caridade. A caridade é pessoal, de coração para coração e não para com os homens em sentido universal. A caridade começa com os mais próximos – pais, irmãos, vizinhos, companheiros de trabalho etc. – e depois estende aos demais. Isso tem sentido como um Corpo Místico de Cristo. Sempre na situação concreta e não geral. Cada um seja um Cristo na situação concreta. “És professor? Sê Cristo como professor. És aluno? Sê Cristo como aluno. És empregado? Sê Cristo como empregado” (SOVERAL, 1964, p. 305).

8. Os Valores estéticos

Na análise axiológica, Soveral começa com os valores estéticos. Esta opção é metodológica, porque o valor estético é o primeiro e último reduto dos valores. Ele não é totalmente racional,

embora necessite da razão. Ele não é irracional, embora possa prescindir da razão. Ele não é adquirido, mas necessita de aprimoramento. Ele é genético, ainda que possa ser aperfeiçoado. Por mais que alguém se esforce, se não tiver o dom estético por nascença, praticamente, nada conseguirá. Por outro lado, se nascer com o dom e não o polir morrerá com ele. Por tudo isso, o valor estético é a fonte e o destino simultaneamente. Ao buscar o valor estético como ponto de partida, como uma natureza originária, pura, Soveral quer saber a natureza dos valores.

A primeira constatação é de que o valor exige a adesão da vontade do homem (SOVERAL, 2005, p.233). E nesse caso, o homem não é livre para amar os (não valores?) desvalores: a fealdade, a doença ou a injustiça. Pode inverter a ordem de valores, mas sempre deverá querer determinado valor. O amor aos valores é a suprema aspiração dos homens. Eles gostariam que existisse de fato aquilo que amam como, por exemplo, a justiça.

Os valores se classificam, conforme Soveral, em biológicos que afetam os homens isoladamente, em políticos e sociais que dizem respeito aos homens no seu conjunto, e outros intermediários como os valores estéticos. Os valores têm seu ponto de apoio sensível, mas transcendem a sensibilidade para ter o apoio no Absoluto, como no caso dos estéticos que têm em Deus o protótipo da beleza.

A estética, para Soveral, restringe-se ao plano da “empíria”. O homem contempla a natureza e pela arte a transforma, isto é, dá-lhe outra forma, mais atraente, aperfeiçoada que o mundo bruto. É como o polimento do dado bruto, natural. Isso acontece com a música, literatura e outras formas de arte.

Contudo, o homem não se contenta com melhorar o natural, transfigura-o e nesse ato transcende a natureza. É nisso que consiste propriamente a estética. Nesse sentido, a obra de arte possui uma intenção: a de despertar no expectador uma afetividade intensa. Tende a tornar-se uma plenitude gratificante, mas que é simultaneamente uma essência e uma ficção. Contudo, a estética, ao aproximar-se da mística, pode levar ao conhecimento do sujeito Absoluto (SOVERAL, 2005, p.229-237).

9. A liberdade

A ética para Soveral pressupõe a liberdade e esta uma autonomia da ação. Para que possa exercer a autonomia, é necessário que o homem consiga antecipar o futuro, isto é, antever um determinado objeto, saber o que fazer com ele, agir sobre ele e conseguir o resultado desejado. Para se obter um comportamento ético, é preciso que o sujeito tenha: a) uma hierarquia de valores, b)

seja fiel a tal hierarquia; e c) agir de forma justificável e exemplar. Na hierarquia de valores, o valor maior e, com certeza, o valor fonte de todos os valores em Soveral é a liberdade. Por isso, dispensa o maior esforço e maior atenção em surpreendê-la na sua originalidade. O ato livre acontece na consciência e a condição para que isso aconteça é que esteja carregado de significado. Isso implica em uma tensão ou pulsão que nada mais é que o desejo. Este, por sua vez distingue o homem do animal, indo além da simples distinção entre instinto e razão de Aristóteles. O desejo, conforme Soveral, é peculiar somente ao homem.

Uma análise fenomenológica nos revela que somos seres-para-si, sem autos-suficiência ontológica substantiva, vivendo gratuitamente cada momento e, ao mesmo tempo, suspensos sobre o nada. Apesar disso, nosso interior é iluminado por uma consciência. Ao acionarmos a reflexão, tomamos posse de nós mesmos, de nossa ilha de subjetividade, com a liberdade que lhe é inerente, rumando na direção do Ser-em-Si-para-Si. Por isso, se por um lado estamos presos à condição animal, por outro, estamos livres para o espiritual (SOVERAL, 2005, p.19-23).

Em que pese o fato de apoiar-se numa visão histórico-escolástica da liberdade, isto é, ter presente uma História sob a perspectiva da Providência cristã, Soveral não acha que haja uma violência dogmática, por que, na concepção cristã, Deus respeita a liberdade humana, tanto de cada homem particular, como dos povos e da própria humanidade. A intervenção da providência divina é pedagógica, pois atua através de alianças com pessoas de bem. Para o cristianismo, o fim da história é a erradicação do pecado e, com sua eliminação, o homem poderá ser plenamente livre (SOVERAL, 1996, p. 59).

10. A igualdade

A análise fenomenológica da igualdade difere da liberdade, pois enquanto a liberdade individual postula a igualdade, esta não supõe aquela, pois uma servidão instaura a igualdade. A liberdade é reconhecida, nunca imposta.

O exame fenomenológico da igualdade revela de imediato a pluralidade de *eus* diferentes do nós. Até mesmo uma reflexão metafísica revela a diferença ôntica dos seres. O próprio exercício da liberdade cria a diferença.

No mesmo exame da intersubjetividade ocorre constatação da idêntica capacidade potencial e equivalente valor, e por isso, se impõem limites éticos à liberdade de cada um. Os outros não podem ser tratados como instrumentos, mas respeitados na sua dignidade. A igualdade, dessa forma, baliza-se no plano ético e jurídico. Todas as relações humanas estão sob a sujeição ética, isto quer

dizer que, se não podem ser boas, ao menos que não sejam más. Igualmente deverão ser lícitas, pois a normatividade jurídica atinge toda a ação do homem, está onipresente.

Por isso, o egoísmo de cada um não deve prevalecer sobre os demais e se instalar o terror, o sofrimento, desespero. Para combatê-lo temos que aplicar-lhe o antídoto: a justiça (SOVERAL, 2005, p. 43-45).

A noção de justiça, conforme Soveral, é extremamente complexa. Assim, entende que não é fácil indicar seus aspectos fundamentais. A primeira observação que podemos verificar é que ela preside a todas as relações intersubjetivas: jurídica, social, política e até mesmo teológica. Se nos perguntarmos quais os critérios para estabelecermos os parâmetros da justiça, constatamos que salta à vista a diversidade de interpretações desde a lei do mais forte até oferecer a outra face. No entanto, as diversas interpretações não significam um relativismo axiológico em relação à justiça. O que acontece são experiências concretas, históricas de justiça de cada um. No entanto, se nos abstermos desses momentos vividos por cada um verificamos que ela possui um conteúdo universal (SOVERAL, 1978/1992, p. 6).

A ética possui como valor máximo a Justiça. Esta pressupõe uma igualdade originária entre os seres humanos. A função da justiça não é apenas para dirimir conflitos, mas ser um farol que aponta para as virtudes éticas e concretiza a convivência intersubjetiva pacífica (SOVERAL, 2005, p. 49).

Soveral diz que a definição dada por Aristóteles é perfeita. Para este, haveria dois vetores de justiça. Um horizontal que estabelece as relações dos indivíduos entre si na troca de bens e serviços e outro vertical que estabelece a distribuição dos méritos, evidentemente, este é levado adiante por um superior ou uma autoridade.

A primeira revela algo extraordinário. A justiça deve ser exercida em um ambiente de liberdade, pois só assim todos podem ser considerados iguais. Supõe, portanto, relações de pessoas livres que contratam entre si. A condição primeira para que haja justiça é que ocorra em um ambiente de liberdade. Senão, vejamos o inverso: como pode haver justiça, isto é, a permuta entre bens e serviços em que uma das partes está privada da liberdade. A que está privada da liberdade será necessariamente explorada, pois a outra fará as regras que lhe interessarem.

O que podemos inferir de um exame fenomenológico da justiça no seio de uma sociedade individualista? Há dois instrumentos para se chegar a ela: os pactos – podendo ser ocasionais, tácitos e contratos – relação bilateral da distribuição de bens e serviços. Isso por que o pressuposto ôntico do ser humano é da igualdade metafísica decorrente da liberdade. No entanto, embora os pactos e contratos sejam os únicos meios em uma sociedade individualista para se atingir a justiça,

não se pode dizer que sejam uma garantia de cem por cento. Trata-se de egoísmos e interesses que atropelam os pactos e contratos e diminuem a justiça, pois esta tem por fim conciliar uma igualdade originária com uma efetiva desigualdade (SOVERAL, 2005, p.46-48). E arremata Soveral:

É que, como vimos, a concórdia pode encobrir um atropelo: o que acontece quando imposições egoístas se recobrem de formalidades que as legitimam. Nestes casos, não é a falsa paz, mas o enérgico ressuscitar dos conflitos sufocados que serve a justiça. Também a precipitação ou a incompetência podem levar a acordos que não servem os interesses em pauta, e são, nessa medida, materialmente injustos, ainda que evitem lutas. Por seu turno, os interesses acordados, não só não esgotam, de modo definitivo e cabal, os valores que incorporam, como não poderão ser isolados do conjunto das finalidades existenciais de cada um dos contratantes. Isto é, a realização intersubjetiva de certos valores, por intermédio de pactos e contratos, não exaure a esfera dos valores, nem atende ao grau de prioridade que corresponde à sua localização na escala axiológica. Concluindo, a justiça, assim perspectivada, não se limita a impedir conflitos, mas aponta idealmente para a plenitude da conciliação de todas as vontades éticas; nela se irá progressivamente realizando a mais perfeita convivência intersubjetiva, ou, se preferirmos, o reino de Deus. Só a caridade a excede porque, valorizando maximamente os outros, é avessa a disputas, dispensa acordos e, para além da paz, visa à comunhão que resulta do amor de todos por todos (SOVERAL, 2005, p.49).

11. Considerações Finais

A respeito do fundamento gnosiológico, Soveral opta pelo método fenomenológico de Husserl, mas não deixa de aproveitar conteúdos presentes na teoria do conhecimento de Descartes, Epinosa, Kant e Husserl, os quais fundamentaram o conhecimento filosófico da modernidade.

Nesse viés, uma ética moderna deverá preencher alguns quesitos: ser consensual, incorporar os princípios kantianos do dever pelo dever, ser personalista e não teísta, com responsabilidade pelos atos. Cotejando o pensamento de Soveral, percebemos que abraça uma das características mencionadas: a de incorporar os princípios kantianos. É verdade que abandona o método escolástico, no entanto ele chega à mesma conclusão da escolástica: é uma ética alicerçada no Absoluto e de origem divina, além de fazer sua opção religiosa pelo Cristianismo, o qual fundamenta sua ética. Percebemos que os problemas afins como o mal, razão e fé, filosofia e religião perpassam o pensamento filosófico de Soveral. Logo, isso nos leva a concluir que este filósofo, aberto à problemática da modernidade e contemporaneidade, insere-se plenamente no contexto da meditação da filosofia portuguesa.

Referências:

BRAZ TEIXEIRA, Antônio. *As Posições filosóficas de Eduardo Soveral*. Revista da Faculdade de Letras. Porto, nº 14, segunda série. 1997, p. 49-50. Disponível no site: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id16id285&sum=sim>. Acesso 11/03/2013.

_____. *Fenomenologia e Metafísica: as Posições Filosóficas de Eduardo Abranches de Soveral*". Colóquio Eduardo Abranches de Soveral. Porto: Universidade do Porto, 1996.

CARVALHO, José Maurício de. *Conclusões do Colóquio. Estudos Filosóficos*, São João Del Rei, n. 7, p. 441-443, jul/dez. 2011.

FRAGA, Gustavo de: *Soveral (Eduardo Silvério Abranches de)*. In: *Lógos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa/São Paulo:n. Editorial Verbo, v. IV.

MORUJÃO, Alexandre. *Fenomenologia*. In: *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. Editorial Verbo, v.8.

PAIM, Antônio. *A Meditação Ética Portuguesa - Período Moderno*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

PEREIRA, José Esteves. *O Problema moral em Antônio Soares Barbosa. Estudos Filosóficos*. São João Del Rei, n. 7, p. 137-156), jul/dez. 2011.

SOVERAL, José Abranches de. *Para uma Fenomenologia da Esperança. Ensaios Filosóficos*. Organização e Apresentação de Antônio Paim, 1978/1992, Vitória, 1992.

_____. *Fenomenologia e Metafísica*. Porto, Centro Leonardo Coimbra, 1997.

_____. *Para Uma Fenomenologia da Esperança. Ensaios Filosóficos*. Organização e Apresentação de Antônio Paim, 1978/1992, Vitória, 1992.

_____. *Sobre os Valores e Pressupostos da Vida Política Contemporânea e outros Ensaios*. Prefácio de Luís Araújo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

_____. *Pensamento Luso-brasileiro – Estudos e Ensaio*. Lisboa, Instituto Superior de Novas Profissões, 1996.

_____. *Ensaio sobre a Justiça*. Ensaios Filosóficos. Organização e Apresentação de Antonio Paim, 1978/1992, Vitória, 1992.

_____. *Sobre os Valores e Pressupostos da Vida Política Contemporânea e outros Ensaios*. Prefácio de Luís Araújo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

VELEZ RODRIGUEZ, Ricardo. Eduardo Abranches de Soveral; o homem e a sua obra. Disponível no site: <http://www.ensayistas.org/filosofos/portugal/soveral/introd.htm>. Acesso: 8/03/2013

The phenomenological ethics of Eduardo Abranches Soveral

Abstract: We intend to address in this article some aspects of reflection Eduardo Abranches Soveral, Portuguese philosopher, about ethics. This contemporary thinker in despite have self-set philosophy of the modern era, as opposed to the previous period of scholasticism, the ethical question just opening on the same conclusion before the arrival, that is, ethics has its foothold on the absolute and not social. Indeed, the analysis of bibliographical production reveals this abundantly this finding. We take into account two fundamental aspects: the method used by Soveral and the contents of your meditation. The first will get hit in the Phenomenology of Edmund Husserl, but it only takes the phenomenological method. As to the contents Soveral transits from several authors since Edmund Kant up to Max Weber, but always having as leitmotiv Christian thought as Baise Pascal and Paul Ricoeur.

Keywords: Soveral; Ethics; Absolute.

Data de registro: 31/05/2013

Data de aceite: 23/08/2013